

Lula: 'é preciso que o genocídio pare'

“O que acontece agora com Gaza só existiu com Hitler”

Sérgio Lima



Bolsonaro chama “políticos para suicídio político coletivo”, afirma Aloysio Nunes

Ex-diretor da SPNégócios na gestão do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), Aloysio Nunes, avalia que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) “convoca seus aliados para um suicídio político coletivo” ao promover o ato previsto para 25 de fevereiro, na Avenida Paulista, em São Paulo. “Ele é o Jim Jones da política brasileira”, disse o ex-chanceler. **Página 3**

Chris Hedges: “A extradição de Assange para os EUA é ameaça a todos jornalistas”

Assange busca na Suprema Corte britânica último apelo sobre a iníqua sentença de entregá-lo a Washington por ter exposto os crimes de guerra no Iraque e Afeganistão. “Se Assange for enviado para os EUA e processado lá, as liberdades globais de mídia também serão julgadas”, advertiu a Anistia Internacional. Como destacou o premiado jornalista norte-americano Chris Hedges, o “crime” de Julian foi ter publicado documentos do governo e do exército dos EUA em 2010, fornecidos pela denunciante do exército Chelsea Manning. **Página 7**

Privatizada Enel é multada em 165 milhões por apagão em SP

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aplicou na sexta-feira (9) multa de R\$ 165,8 milhões à Enel Distribuidora pelo apagão que atingiu a Grande São Paulo, em novembro de 2023. Na ocasião, cerca de 2,1 milhões de pessoas ficaram sem luz, muitas até por uma semana. **Pág. 4**



Netanyahu mata sem remorso, mas encena uns pulos se o acusam disso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em entrevista coletiva, no domingo (18), que o massacre que Israel está perpetrando na Faixa de Gaza contra os palestinos “não existe em nenhum outro momento histórico”. “Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus”, afirmou Lula na entrevista em Adis Abeba, na Etiópia. Ele assinalou que “na Faixa de Gaza não está acontecendo uma guerra, mas um genocídio”. “Não é guerra entre soldados e soldados, é uma guerra entre um exército altamente preparado e mulheres e crianças”, disse. **Pág. 3**

Prates discute com árabes a retomada da refinaria na Bahia



A Escola, que desfilou com o enredo inspirado no livro de Ana Maria Gonçalves, ficou em quinto lugar

Portela torna livro ‘Um Defeito de Cor’ um dos mais vendidos

Na madrugada do carnaval (12), a escola de samba Portela desfilou com o enredo inspirado no livro “Um Defeito de Cor”, da autora Ana Maria Gonçalves. O sucesso do desfile e do enredo foi

tão grande que impulsionou as vendas da publicação. O livro está indo para sua 30ª edição, contando com a edição especial lançada em 2022. Atualmente esgotado na plataforma de compras online

Amazon, o livro de 952 páginas é o best-seller da plataforma. No momento, está disponível para compra apenas por meio de vendedores terceirizados na Amazon. Além disso, o livro aparece em quinto lugar na

seção de romance, que engloba títulos disponíveis apenas para Kindle. Para termos de comparação, em junho de 2023, o livro aparecia timidamente na lista do e-commerce na posição 210. **Pág. 4**

O presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, afirmou que a estatal petroleira deve retomar a participação acionária na refinaria de Mataripe (antes RLAM da Petrobrás), a partir do 1º semestre de 2024. Em sua rede social, Paul Prates escreveu que a Petrobrás deve concluir as negociações com o fundo Mubadala Capital – dos Emirados Árabes Unidos –, que comprou a refinaria da Petrobrás Landulpho Alves (RLAM), em Mataripe na Bahia, em 2021, no governo de Jair Bolsonaro (PL). **Pág. 2**

Braga Netto tramou ataques contra general Tomás Paiva

O general Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil de Bolsonaro, estimulou e pediu para “viralizar” ataques contra o general Tomás Ribeiro Paiva, atual comandante do Exército, por não ter aderido à tentativa de golpe contra Lula. Em uma conversa, obtida pela PF no celular de outro militar, Ailton Gomes, Braga Netto falou que o general Paiva “nunca valeu nada” e o chamou de “fraco”. Ao final, orienta: “pode viralizar”. **Página 3**

“A Petrobrás é temida por sua competência”, diz Fernando Siqueira

O ex-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) fez uma radiografia dos entreguistas e traidores do Brasil. Sabotaram a nossa estatal em benefício das multinacionais, denunciou, em entrevista ao programa Latitude Brasil, da Tele Sur/TVT. Ele afirmou que a estatal brasileira “é temida por sua competência tecnológica”. **Página 2**

Israel invade Hospital Nasser e deixa rastro de mortos

Prates discute com os árabes a retomada da refinaria da Bahia



Refinaria de Mataripe na Bahia (ex-RLAM) foi privatizada por Bolsonaro



Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) “Petrobrás é temida por sua competência tecnológica”, afirma Fernando Siqueira

Engenheiro faz uma radiografia dos entreguistas e traidores do Brasil. Sabotaram a nossa estatal em benefício das multinacionais, denuncia

O engenheiro e dirigente sindical Fernando Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), afirmou, em entrevista ao programa Latitude Brasil, da Tele Sur/TVT, que a estatal brasileira “é temida por sua competência tecnológica”.

DESMONTE

O líder dos engenheiros da Petrobrás, um dos maiores conhecedores sobre tecnologias de exploração de petróleo e gás e sobre as disputas geopolíticas do setor, destacou que os setores entreguistas não se conformam com a retomada das atividades da estatal. Em sua opinião, elas haviam sido desmontadas nos últimos anos. “A mídia hegemônica combate qualquer iniciativa da Petrobrás em garantir para o Brasil a autossuficiência no refino”, disse ele.

“Eles atacam a Petrobrás porque os EUA estão numa insegurança energética muito grande, com uma reserva de 40 bilhões de barris e consomem 8 bilhões por ano e querem o pré-sal para aliviar essa imensa insegurança”, explicou Fernando. “Eles querem a Petrobrás sem os ativos desnecessários, mas com seu conhecimento técnico, a melhor empresa no conhecimento de exploração em águas profundas”, acrescentou o engenheiro da Aepet.

EUA COBIÇAM O PRÉ-SAL

“Como os EUA cobiam o pré-sal, a mídia submissa do país acompanha as críticas feitas pelo imperialismo aos avanços da Petrobrás e à retomada do refino interno”, prosseguiu Siqueira. “A retomada da refinaria Abreu e Lima é fundamental para que o Brasil volte a ter autossuficiência no refino e na produção dos derivados de petróleo”, destacou

o especialista. “Nós produzimos mais de três milhões de barris por dia de petróleo, a capacidade de refino é de dois milhões de barris e estamos importando mais de um milhão de barris de derivados”, observou Fernando. “Quer dizer, nós estamos exportando produtos sem valor agregado, gerando emprego no exterior e importando combustíveis, principalmente dos estados Unidos. O refinador americano aumentou a exportação de diesel para o Brasil, mais do que dobrou essa exportação”, denunciou.

REFINAR INTERNAMENTE

O engenheiro defendeu uma maior produção interna de derivados de petróleo e reduzir as importações. “Se nós tivéssemos o segundo trem de produção na refinaria, nós poderíamos não só aumentar a nossa capacidade de refino, mas também melhorar a quantidade de diesel produzido no país e, com isso, aliviar a necessidade de importação de derivados”, apontou Fernando Siqueira.

Para Siqueira, os ataques à Petrobrás e as tentativas de inviabilizá-la, apesar de terem nascido desde a sua criação, na década de 1950, se intensificaram com a chegada da praga neoliberal da década de 1990. Depois que Fernando Henrique voltou de sua viagem aos EUA foi eleito presidente, ele fez as reformas na Constituição.

“A primeira mudança foi acabar com a diferença entre empresas nacionais e empresas estrangeiras instaladas no país. Ele igualou as duas”, apontou Siqueira. “Nas mineradoras, por exemplo, onde o capital estrangeiro só podia ter 49% das ações, ele acabou com isso. Ou seja, Fernando Henrique escancarou o subsolo brasileiro para as empresas multi-

nacionais”, denunciou o engenheiro da Petrobrás. “Ele vendeu a Vale do Rio Doce por três bilhões de reais, ela valia mais de R\$120 bilhões”, destacou.

ENTREGUISMO

Fernando Siqueira seguiu fazendo uma radiografia do entreguismo dos neoliberais de plantão na ocasião. “Ele [FHC] quebrou o monopólio da navegação de cabotagem, permitindo que empresas estrangeiras entrassem nos nossos rios para escoar nossa produção. Quebrou o monopólio das telecomunicações e vendeu a Telebrás”, apontou. “Fez um ‘saneamento’, ou seja, gastou R\$ 20 bilhões, e vendeu a empresa por R\$ 13 bilhões. Privatizou tudo e acabou com o centro de pesquisas de Campinas. Então, as telecomunicações foram totalmente entregues”, denunciou Fernando.

Siqueira lembrou que foi quebrado o monopólio do gás canalizado. “E o gênero dele vendeu em São Paulo, a Comgás, a maior distribuidora do país, por um preço irrisório”, denunciou. El lembrou também que o governo “impediu que a Petrobrás entrasse no leilão para entregar o setor para a Shell”.

Ele acrescentou que a Emenda Constitucional número 9, sobre o artigo 177 da Constituição, “permitiu que empresas privadas participassem do monopólio do petróleo, que era estatal, ou seja, da União, e executada pela Petrobrás”. Siqueira ainda acrescentou que FHC “entregou a propriedade do petróleo explorado para as empresas operadoras, ou seja, quebrou o monopólio estatal do petróleo”. Segundo o engenheiro, “nesta época a mídia entreguista fez uma campanha sórdida contra a Petrobrás”.

Negociações visam “recuperar a operação da Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM)”, manifestou o presidente da Petrobrás em rede social

O presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, afirmou na última terça-feira (13) que a estatal petroleira deve retomar a participação acionária na refinaria de Mataripe (antes RLAM da Petrobrás), a partir do 1º semestre de 2024.

Em sua rede social, Paul Prates escreveu que a Petrobrás deve concluir as negociações com o fundo Mubadala Capital – dos Emirados Árabes Unidos –, que comprou a refinaria da Petrobrás Landulpho Alves (RLAM), em Mataripe na Bahia, em 2021, no governo de Jair Bolsonaro (PL).

“Acabo de sair de reunião com o Deputy Group, Chief Executive Officer de Mubadala Investment Company e presidente do Conselho da Mubadala Capital, Waleed Al Mokarab Al Muhairi com quem vimos conversando desde o início do ano passado sobre os investimentos do Fundo Mubadala no Brasil, e com cuja equipe gerencial e técnica temos trabalhado há meses para construir uma parceria que visa recuperar a operação da Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM), na Bahia, ao mesmo tempo em que ampliaremos e aprimoraremos juntos o empreendimento de biocombustíveis do grupo no Brasil”, divulgou Prates na rede social X, antigo Twitter, e seguiu.

“Acertamos que nossas equipes intensificarão os trabalhos logo após a volta dos feriados de Carnaval com vistas a finalizar a

nova configuração societária e operacional ainda neste primeiro semestre de 2024. Demais detalhes e andamentos atuais serão mantidos sob confidencialidade até a finalização do processo”, manifestou o presidente da Petrobrás.

A venda da antiga refinaria da Petrobrás Landulpho Alves (RLAM), com capacidade de processamento de 333 mil barris por dia, e ativos que incluem 4 terminais de armazenamento e oleodutos, com 669 km de extensão, vem sendo questionado e é alvo de investigação administrativa na Petrobrás

No início de 2023, a Controladoria-Geral da União (CGU) emitiu um parecer em que afirmou ter encontrado fragilidades na venda da RLAM. Com base neste documento, a direção da Petrobrás abriu uma investigação administrativa para avaliar a venda da refinaria.

Avaliada em R\$ 20 bilhões, a RLAM foi comprada por R\$ 10 bilhões pelo fundo árabe Mubadala Capital, do príncipe herdeiro de Abu Dhabi. No ano passado, o Mubadala Capital ganhou destaque na imprensa brasileira com o escândalo das joias, que foram dadas pela família real dos Árabes Unidos a Bolsonaro e sua mulher, Michelle Bolsonaro, mas que entraram de forma clandestina no Brasil. O suposto esquema de negociação ilegal de joias também colocou sob suspeita a venda da refinaria.

Desemprego cai em 2023, mas informalidade segue alta no país

No quarto trimestre de 2023, a taxa de desemprego ficou em 7,4%, com queda no desemprego em apenas duas das 27 unidades da federação (UFs), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao divulgar os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Trimestral, nesta sexta-feira (16).

De acordo com o instituto, no período analisado, “diversos Estados do país apresentaram tendência de queda, mas só em dois deles a retração foi considerada estatisticamente significativa”, sendo os estados do Rio de Janeiro (de 10,9% para 10%) e do Rio Grande do Norte (de 10,1% para 8,3%), segundo destacou a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy.

Já Rondônia (de 2,3% para 3,8%) e Mato Grosso (de 2,4% para 3,9%) foram as unidades federativas que apresentaram avanços nos índices de desemprego. As demais não tiveram variações significativas. Dentre as regiões, apenas o Sudeste teve queda, passando de 7,5% a 7,1%. As outras quatro ficaram estáveis.

No quarto trimestre do ano passado, ainda, as maiores taxas de desemprego foram registradas no Amapá (14,2%), na Bahia (12,7%) e em Pernambuco (11,9%). Já as menores taxas foram constatadas em Santa Catarina (3,2%), Rondônia (3,8%) e Mato Grosso (3,9%).

“Das treze unidades da federação que tinham níveis mais altos que a média nacional (7,4%), apenas duas não são do Norte ou do Nordeste: Rio de Janeiro (10%) e Distrito Federal (9,6%)”, ressaltou o IBGE

em nota.

De acordo com o IBGE, no quarto trimestre, a informalidade no mercado de trabalho é mais presente nos estados nordestinos e nortistas. “Entre as unidades da federação, a maior taxa de informalidade do país foi registrada no Maranhão (57,8%), onde mais da metade da população ocupada exerce atividades informais. Outros estados com taxas acima de 50% foram Pará (57,4%), Amazonas (54,6%), Piauí (53,4%), Ceará (53,0%), Bahia (52,1%), Sergipe (51,9%), Paraíba (50,8%) e Pernambuco (50,7%). No lado oposto, Santa Catarina (27,6%), Distrito Federal (30,4%) e São Paulo (31,2%) registraram as menores taxas”.

A taxa anual de informalidade passou de 39,4% em 2022 para 39,2% em 2023. Entre os estados com maior taxa estavam o Maranhão (56,5%), o Pará (56,5%) e Piauí (54,4%). Já os menores percentuais foram de Santa Catarina (26,4%), Distrito Federal (29,7%) e São Paulo (31,5%).

2023: TAXA RECUA EM 26 UNIDADES DA FEDERAÇÃO

A taxa de desocupação no país atingiu 7,8% em 2023, o menor patamar desde 2015, com o desemprego recuando em 26 das 27 unidades federativas. Apenas Roraima apresentou crescimento do desemprego. Em 2022, a taxa de desocupação encerrou o ano em 9,6%. No entanto, em 2023, cerca de 8,5 milhões de pessoas saíram de suas casas em busca de vagas de emprego, mas não encontraram.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/desemprego-cai-em-2023-mas-informalidade-segue-alta/>



Mercadante, presidente do BNDES “O Brasil precisa ter empresas aéreas nacionais”, defende presidente do BNDES

O presidente do BNDES Aloizio Mercadante afirmou, na quinta-feira (8), em evento realizado por iniciativa da Embraer, que o país precisa ter uma empresa aérea nacional. “As empresas aéreas estão num excelente momento para crescer, se desenvolver e para integrar o Brasil. Este país precisa ter empresas nacionais, para que as pessoas possam viajar”, destacou Mercadante.

Questionado sobre o pacote de ajuda para o setor que está em estudo pelo governo, Mercadante evitou dar prazos e disse que a definição de valores e modelo está a cargo do Ministério da Fazenda, mas ressaltou que ele será importante num momento de recuperação do setor. Ele citou o “problema das garantias” de crédito como obstáculo a ser enfrentado.

Segundo Mercadante, o apoio às companhias é necessário num momento de retomada do setor aéreo. Em 2023, 112,6 milhões de passageiros passaram pelos aeroportos do país, alta de 15,3% ante 2022, segundo dados divulgados no mês passado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Esses dados são semelhantes ao período anterior à pandemia. O presidente do BNDES ressaltou que as empresas precisam ter “condições de viver esse momento extraordinário” de recuperação.

O presidente Lula está empenhado em baratear os preços das passagens e ampliar o número de passageiros nos aeroportos. Entre as medidas ventiladas, está lançar mão do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac, vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos) para fornecer garantias para empréstimos, tanto de bancos públicos, como o BNDES, quanto de instituições privadas. A reciprocidade esperada é a redução dos preços das passagens.

Mercadante evitou citar valores em conversa com a imprensa, mas ressaltou o sucesso do FGI Peac, programa de garantia de crédito do BNDES lançado como medida para mitigar a crise causada pela Covid-19. “Os aviões ficaram no chão, e as empresas tiveram que pagar leasing, pagar serviços, manter equipes de pilotos e de bordo. Então, elas acumularam um passivo expressivo. Assim como o FGI Peac surgiu para as micro e pequenas empresas na pandemia, o Brasil não teve nenhuma iniciativa para poder refinarar.”

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



General Carlos Alberto dos Santos Cruz Santos Cruz: "Bolsonaro mente covardemente e é um dos grandes traidores do Brasil"

O texto a seguir foi publicado originalmente no canal MyNews

SANTOS CRUZ (*)

Sobre as mentiras ditas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a reunião presidencial de 5 de julho de 2022, e consideradas como sendo sobre minha pessoa, tenho a dizer o que segue:

Mais uma vez Jair Bolsonaro mente covardemente acreditando estar seguro em reunião que não estaria sendo gravada.

Pela convivência como ministro e observações como cidadão, tenho meu conceito formado sobre o ex-presidente, já tornado público em várias oportunidades.

Ele é um populista inconsequente. Um embusteiro que se apropriou de máscara conservadora, patriótica e religiosa. As reuniões de 5 de julho de 2022 e de 22 de abril de 2020 são exemplos de mediocridade e inconsequência.

Fui ministro no início do governo passado, de 1º de janeiro a 13 de junho de 2019. A fala mentirosa, mais de 3 anos depois de eu ter deixado o governo, deve-se à irresponsabilidade compulsiva do ex-presidente da República. Fanfarrão por excelência, aproveitou o momento político, estimulou o extremismo e a polarização, encantou alguns fanáticos e tornou-se um "Jim Jones" da política brasileira.

Aceitei ser ministro de Estado no governo passado porque acreditava na possibilidade de se fazer política civilizada. Isso se revelou impossível por diversas razões, a começar porque o governo estava sob as ordens de um desqualificado.

A função de ministro exige que o assessoramento à autoridade seja honesto, a fim de contribuir com a qualidade das decisões, e reduzir os riscos inerentes às decisões presidenciais, independente da qualidade do presidente da República. Não pode haver apego ao título, ao poder e a benefícios materiais e financeiros. Eu aceitei ser ministro para trabalhar pelo meu país. Jamais aceitei benefícios pessoais ou nomeei parentes de autoridades, incluindo do próprio presidente, apesar de solicitado.

Convidar e substituir ministros é prerrogativa essencial do cargo de presidente da República. Covardia e canalhice não são prerrogativas de cargo; são características pessoais.

Como o próprio ex-presidente disse durante a reunião, no seu linguajar rale, sua vitória nas eleições de 2018 foi "uma c***a", um golpe de sorte. Isso não reduz a importância funcional, as prerrogativas, as obrigações e as responsabilidades.

Por sua falta de noção da responsabilidade funcional, o ex-presidente conseguiu prejudicar a vida de muitas pessoas e deteriorar o prestígio de instituições. Com um permanente show de besteiras, contribuiu para sua própria derrota eleitoral. A partir daí, dedicou-se a um melodrama teatral. Evadiu-se de suas obrigações e gazeteou o trabalho. Com sua omissão, deixou que seguidores acreditassem que as Forças Armadas, particularmente o Exército, quebrariam a ordem constitucional.

Jamais tantos cidadãos (militares e civis) e instituições, em especial o Exército Brasileiro, foram tão prejudicados e traídos ao longo da história, como o foram pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele traiu seus eleitores e a todos os brasileiros, pois era o presidente da República. Traiu a mais alta função do país. Fugiu do Brasil em pleno exercício do cargo, em avião da Força Aérea, para passear dois meses na Flórida às custas do dinheiro público. Não dirigiu sequer uma palavra à nação e nem a seus seguidores mais entusiasmados e iludidos acampados na frente dos quartéis. Jair Bolsonaro é um dos grandes traidores do Brasil. Em sua linguagem chula, um "traíra".

Frustraram-se ou mesmo mergulharam em problemas os que acreditaram nesse "Jim Jones", os que foram induzidos de qualquer forma para a frente dos quartéis e para os crimes na Praça dos Três Poderes. Desgastaram-se os que participaram de reuniões comprometedoras e constrangedoras, os que arriscaram e até mesmo destruíram suas histórias de vida por terem se vinculado, por qualquer razão, a um covarde e mentiroso.

O inimaginável coroamento do "trambiqueiro" foi a vigarice da venda de um presente ao Estado brasileiro em uma loja nos Estados Unidos.

Assim, repudio veementemente as mentiras covardes ditas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na reunião de 5 de julho de 2022 e que foram identificadas como dirigidas à minha pessoa.

(*) Carlos Alberto dos Santos Cruz é general de divisão da reserva do Exército Brasileiro. Foi comandante das Forças da ONU no Haiti e no Congo, secretário Nacional de Segurança Pública e ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência do Brasil.

Lula: "o que acontece em Gaza só existiu com Hitler"



Reprodução

"Não é guerra entre soldados e soldados; é uma guerra contra mulheres e crianças"

Aloysio Nunes diz que Bolsonaro "convoca seus aliados para suicídio político coletivo"

Ex-diretor da SP-Negócios na gestão do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), Aloysio Nunes, avalia que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) "convoca seus aliados para um suicídio político coletivo" ao promover o ato previsto para 25 de fevereiro, na Avenida Paulista, em São Paulo.

"Ele é o Jim Jones da política brasileira", disse o ex-chanceler ao jornal Folha de S. Paulo, comparando Bolsonaro ao pastor estadunidense que levou mais de 900 seguidores ao suicídio coletivo, em 1978, em Jonestown, na Guiana.

O ato bolsonarista convocado para dia 25 é uma espécie de dobrada da aposta, em que o ex-presidente quer demonstrar suposta força e capacidade de mobilização, a fim de intimidar o STF (Supremo Tribunal Federal) e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Porque, ao fim e ao cabo, o ex-chefe do Executivo está intimidado e com medo de ser preso, pois o cerco está se fechando em torno dele, que está enredado em centenas de processos na Justiça.

Segundo levantamento do PL (Partido Liberal), Jair Bolsonaro já acumula quase 600 processos. A legenda monitora os casos porque cabe ao partido custear a defesa do ex-

-chefe do Executivo, em boa parte das ações. ALIADO TÓXICO A fala de Aloysio Nunes se dá em momento delicado para o prefeito de São Paulo, visto que a participação dele pode prejudicar sua candidatura à reeleição ao Palácio do Anhangabaú. Na visão de aliados, a ida de Ricardo Nunes ao ato de Bolsonaro pode atrapalhar a estratégia de se mostrar como administrador da cidade que coloca as disputas ideológicas em segundo plano.

Além disso, a campanha teme que a participação seja vista como endosso aos crimes que têm sido atribuídos ao ex-presidente.

MANIFESTAÇÃO O ex-presidente divulgou vídeo na última segunda-feira (12), em que convoca apoiadores para ato na Avenida Paulista.

Bolsonaro quer usar a manifestação para, segundo ele, se "defender" das recentes acusações de golpismo que ensejaram operações da PF (Polícia Federal) contra ele e aliados nas últimas semanas.

A ideia do ato partiu do pastor-político Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e aliado de primeira hora do ex-presidente.

Malafaia e Bolsonaro discutiram o assunto durante o Carnaval e bateram o martelo da data. O pastor, inclusi-

ve, vai ser o responsável pelo trio elétrico de onde o ex-presidente pretende discursar.

JONESTOWN O chocante episódio de suicídio coletivo de Jonestown, comuna localizada na Guiana, em que 909 pessoas morreram após executar ritual liderado pelo líder religioso Jim Jones, completou 46 anos. A tragédia foi em 18 de novembro de 1978.

Sob as ordens do fanático religioso estadunidense, adultos, idosos e crianças pertencentes à chamada seita "Templo do Povo" beberam ponche de frutas misturado com cianureto. Os cadáveres foram encontrados por autoridades horrorizadas no dia seguinte.

Apenas 33 pessoas sobreviveram ao massacre, tornando o evento, na época, aquele que tirou mais vidas estadunidenses sem envolver nenhum desastre natural.

Nos dias que se seguiram à noite de 18 de novembro de 1978, fotógrafos e repórteres tiveram de se mover por tapete de 909 corpos, 304 dos quais menores de idade, rapidamente inflados e irreconhecíveis pelo calor do verão amazônico. Imagens abjetas que correram o mundo, estampadas a cores, em jornais e na TV. O mundo ficou chocado.

M. V.

PGR recorre da decisão de suspender multa da Odebrecht: "nada justifica"

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou um recurso contra a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que beneficiou a Odebrecht (atual Novonor) com a suspensão de multa bilionária.

Toffoli suspendeu as multas decorrentes do acordo de leniência firmados entre a Odebrecht e o Ministério Público Federal (MPF), originadas das investigações sobre a corrupção na qual a empresa estava envolvida.

"Não cabe agora, anos depois de celebrado o acordo, em plena vigência dos benefícios acordados à empresa e aos seus executivos, o Grupo econômico vir alegar - com agravante de não apresentar sequer prova imediata e cabal em favor da arguição - que calculou mal os custos do ajuste, pleiteando a suspensão indefinida dos próximos

pagamentos", afirmou a PGR no recurso.

A decisão de Toffoli se baseou na argumentação da empresa de que o acordo era inválido por conta das descobertas da operação Spoofing, da PF, sobre as conversas mantidas por procuradores e juizes da Lava Jato.

A empresa teria sido "coagida" a assinar o acordo de leniência, alega a empreiteira.

A PGR destacou que, mesmo há quatro meses em posse das mensagens da operação Spoofing, a Odebrecht não conseguiu mostrar nenhuma ilegalidade no acordo de leniência firmado em 2016.

"Não há nos autos elemento bastante para retratar, com plausibilidade mínima, um quadro de celebração de acordo de leniência sob violência anuladora da vontade livre da parte", disse a Procuradoria.

"Nada na petição justifica que se tenha como

evidenciado o cancelamento dessa vontade, a ponto de justificar a suspensão das obrigações assumidas pela Novonor [antiga Odebrecht]", acrescentou. O recurso apresentado também defende que qualquer discussão sobre revisão do acordo de leniência deve ocorrer na Justiça Federal do Paraná, ao invés do Supremo Tribunal Federal.

"O acordo de leniência, um negócio jurídico, foi celebrado entre titular de ofício em Curitiba e o Grupo econômico. A pretensão de impugná-lo em juízo deve ocorrer perante o juízo próprio, o da primeira instância, para que o ofício responsável pelo acordo possa apresentar razões pertinentes e propiciar o desenrolar do devido processo legal. Trazer a questão ao STF desde logo é prematuro e descabido. Por mais essa razão, o pedido de extensão não deve prosperar", assinalou.

Em entrevista na Etiópia, o presidente assinalou que "na Faixa de Gaza não está acontecendo uma guerra, mas um genocídio"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou em entrevista coletiva, no domingo (18), que o massacre que Israel está perpetrando na Faixa de Gaza contra os palestinos "não existe em nenhum outro momento histórico".

"Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus", afirmou Lula na entrevista em Adis Abeba, na Etiópia.

Ele assinalou que "na Faixa de Gaza não está acontecendo uma guerra, mas um genocídio".

"Não é guerra entre soldados e soldados, é uma guerra entre um exército altamente preparado e mulheres e crianças", continuou.

Até o domingo (18), os ataques de Israel já mataram 28.985 palestinos na Faixa de Gaza. Calcula-se que 70% dessas pessoas eram mulheres e crianças.

O presidente da República voltou a criticar a inoperância do Conselho de Segurança da ONU, que não agiu para impedir o massacre israelense contra os palestinos.

Ele defendeu mudanças nos órgãos internacionais. "Nós não temos governança. A invasão do Iraque não passou pelo Conselho de Segurança da ONU. A invasão da Líbia não passou pelo Conselho de Segurança da ONU. A invasão da Ucrânia não

passou pelo Conselho de Segurança da ONU", afirmou. "E a chacina de Gaza não passou pelo Conselho de Segurança da ONU".

Na Etiópia, Lula discursou na sessão de abertura da cúpula da União Africana, teve eventos oficiais com o primeiro-ministro etíope, Abiy Ahmed, e uma série de reuniões bilaterais com líderes do continente.

Na quinta-feira (15), ao lado do presidente do Egito, Abdel Fattah al-Sisi, Lula já havia criticado Israel pela resposta desproporcional após ser atacado pelo grupo terrorista Hamas.

"O Conselho de Segurança não pode fazer nada na guerra entre Israel e [o Hamas na] Faixa de Gaza. A única coisa que se pode fazer é pedir paz pela imprensa, mas me parece que Israel tem a primazia de não cumprir nenhuma decisão emanada da direção das Nações Unidas", afirmou o presidente.

A declaração certa de Lula gerou um chique de Benjamin Netanyahu que, desmascarado por Lula, convocou o embaixador brasileiro em Tel Aviv para se queixar.

Lula cumpriu neste domingo o seu último dia de compromissos oficiais na viagem ao continente africano e embarcou de volta ao Brasil por volta de 13h no horário local (7h no horário de Brasília).

Walter Braga Netto tramou ataques contra o general Tomás Paiva e o ex-comandante da FAB, mostra PF

O general Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil de Bolsonaro, estimulou e pediu para "viralizar" ataques contra o general Tomás Ribeiro Paiva, atual comandante do Exército, por não ter aderido à tentativa de golpe contra Lula.

Em uma conversa, obtida pela PF no celular de outro militar, Ailton Gomes, Braga Netto falou que o general Paiva "nunca valeu nada" e o chamou de "fraco".

As mensagens foram enviadas entre os dias 15 e 17 de dezembro, pouco antes da diplomação de Lula, que havia sido eleito presidente. O governo Bolsonaro estava se movimentando para dar um golpe a fim de impedir a sucessão.

"O Tomás [Ribeiro Paiva] foi no VB [Villas Boas] ontem... E aí... acredite... ele deu uma mijada no VB e na CIDA", esposa de Villas Boas que esteve no atentado do dia 8 de janeiro.

"Terminou dizendo que os dois serão prejudicados com as intervenções 'sem noção' que estão fazendo", continua o relato.

"Parece até que ele é PT desde pequenininho...! Mostrou que ele tem que estar contra tudo que está acontecendo... inclusive contra o Arruda", referindo-se ao general Júlio César de Arruda, que assumiu o

Comando do Exército no começo de 2023, mas foi exonerado por Lula depois que se recusou a cumprir ordens.

"Nunca valeu nada!! A ambição derrota o caráter dos fracos. Aliás... revela", diz a mensagem de Braga Netto. "Ele ainda meteu o pau no Paulo Sérgio [Nogueira de Oliveira, ex-ministro da Defesa de Bolsonaro], disse que ele tem que ficar quieto! A CIDA ficou louca, se retirou da sala", acrescentou.

Outras mensagens apreendidas pela PF mostram Braga Netto atacando o então comandante do Exército, Freire Gomes, por ter frustrado os planos golpistas do antigo governo.

"Infelizmente tenho que dizer que a culpa do que está acontecendo e acontecerá é do gen Freire Gomes. Omissão e indecisão não cabem a um combatente", falou Braga Netto.

O bolsonarista ainda o chamou de "cagão" e defendeu oferecer "a cabeça dele". Além disso, Braga Netto orientou Ailton Gomes a "elogiar" o almirante Garnier Santos, ex-comandante da Marinha, que tinha aderido ao golpe, e "foder" o Baptista Júnior, que comandava Aeronáutica, que foi contrário. "Inferniza a vida dele e da família", escreveu.

Braga Netto encaminhou para Ailton Gomes imagens chamando Baptista Júnior de "humorista" e "comunista".

Exército afasta golpistas de postos de comando da tropa

O Exército decidiu afastar de seus cargos dois oficiais suspeitos de participar da trama golpista que pretendia cancelar as eleições e prender ministros do Supremo Tribunal Federal, além de opositoristas e políticos, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD).

Os militares punidos são o tenente-coronel Guilherme Marques de Almeida, que perde o comando do 1º Batalhão de Operações Psicológicas em Goiânia e o tenente-coronel Hélio Ferreira Lima, que sai o comando da 3ª Companhia de Forças Especiais em Manaus.

As exonerações dos militares envolvidos em atividades golpistas de cargos de comando atendem à ordem do ministro do Supremo Alexandre Moraes. A medida veio a público na quarta-feira (14) e atinge dois tenentes-coronéis suspeitos de produzir desinformação para insuflar atos conspirativos contra

a democracia e o país.

Os dois aparecem em conversas por mensagens com o também tenente-coronel Mauro Cid, que era o "faz-tudo" de Bolsonaro. Nas conversas, eles organizam formas de espalhar notícias falsas sobre as urnas eletrônicas, a fim de descreditar a Justiça Eleitoral.

O tenente-coronel Guilherme Marques de Almeida chegou a desmaiar quando a Polícia Federal bateu à sua porta em 8 de fevereiro para buscas da Operação Tempus Veritatis. Hélio Ferreira Lima fazia parte do mesmo núcleo de desinformação e também de outro, que, conforme a PF, atuou para planejar e executar medidas para manter as manifestações golpistas em frente a quartéis militares.

Os dois militares trabalhavam para incitar as Forças Armadas (com agentes de dentro do alto escalão sendo cooptados para o golpe) a aderirem ao golpe.

Portela torna “Um Defeito de Cor” um dos livros mais vendidos do país

Livro baseado na relação entre o escritor Luiz Gama e sua mãe, Luisa Mahin - Kehinde, baseou o desfile da escola centenária no carnaval de 40 anos da Sapucaí

Na madrugada do carnaval (12), a escola de samba Portela desfilou com o enredo inspirado no livro “Um Defeito de Cor”, da autora Ana Maria Gonçalves. O sucesso do desfile e do enredo foi tão grande que impulsionou as vendas da publicação. O livro está indo para sua 30ª edição, contando com a edição especial lançada em 2022.

Atualmente esgotado na plataforma de compras online Amazon, o livro de 952 páginas é o best-seller da plataforma. No momento, está disponível para compra apenas por meio de vendedores terceirizados na Amazon, não diretamente pela plataforma oficial.

Além disso, o livro aparece em quinto lugar na seção de romance, que engloba títulos disponíveis apenas para Kindle. Para termos de comparação, em junho de 2023, o livro aparecia timidamente na lista do e-commerce na posição 210.

Sucesso desde o lançamento, em 2006, e recomendado por diversas personalidades de destaque no combate ao racismo, como Lázaro Ramos e Tais Araújo, que também desfilaram com a escola, o livro ilustra a trajetória da ex-escravizada Luísa Mahin, figura importante na Revolta dos Malês, na Bahia, tida como mãe do abolicionista Luiz Gama.

Na obra, Luísa, também conhecida como Kehinde, volta ao Brasil, cega, para procurar o filho desaparecido. Apesar de ser um romance, o livro é baseado em fatos históricos.

“É interessantíssimo ver como funcionam bem duas manifestações culturais tão diversas, como a literatura, que você imagina em ambiente tranquilo para que a leitura possa acontecer, e a escola de samba que é o oposto, é cor, música e movimento. É o livro encontrando o asfalto. É maravilhoso. Só na Marquês de Sapucaí para acontecer um fenômeno desses”, disse em declaração ao portal Agência Brasil, na última quarta-feira (14), a presidente do Grupo Editorial Record, Sônia Machado Jardim.

Sônia lembrou que é comum homenagear autores e personagens de livros nas escolas de samba. A escola de samba Grande Rio, por exemplo, teve como enredo Nosso destino é ser onça, baseado na obra de Alberto Mussa. Meu destino é ser onça: mito tupinambá. O livro trata da criação do mundo e o papel da onça no imaginário do povo brasileiro.

A editora-executiva responsável pelo livro de Ana Maria Gonçalves, Livia Vianna, ressaltou que, desde 2017, o título Um Defeito de Cor vem crescendo,

acompanhando uma “mobilização maior do país em torno das questões raciais, em busca da história não oficial de nosso país colonizado”.

Ao longo de 2023, foram muitas conversas com a Portela. “Ana Maria Gonçalves se aproximou muito da escola. Tivemos um evento de autógrafos na quadra, onde o livro esgotou. Foi muito bonito ver a adesão de Ana Maria à comunidade da Portela e vice-versa. Ela se tornou uma pessoa querida da escola, muito presente, participando de oficinas e clubes de leitura”, disse a editora-executiva.

Na classificação geral, a escola, que ficou em quinto lugar na disputa deste ano e participará do Desfile das Campeãs no próximo sábado (17). A campeã foi a Unidos do Viradouro.

ESTANDARTE DE OURO

A Portela foi eleita a melhor escola do Grupo Especial dos desfiles de Carnaval do Rio pelo júri do Estandarte de Ouro 2024. A agremiação foi a segunda a desfilarem na segunda noite de carnaval. A escola venceu também a categoria enredo.

Histórica porta-bandeira da azul e branca, Vilma Nascimento ganhou a premiação de personalidade. O Estandarte de Ouro é uma realização dos jornais “O Globo” e “Extra”.

Um dos pontos altos foi a homenagem às mães de vítimas da violência. Ao todo, 16 mulheres vieram no último carro, entre elas Marinete Franco, mãe da vereadora Marielle Franco, e Ana Paula Oliveira, mãe de Jhonata Oliveira.

A Portela também conquistou a categoria enredo. Os jurados destacaram a aposta em um tema de densidade em que “cada detalhe comunicou muito bem o enredo”, sabendo comunicar com clareza, e “até a águia se africanizou”. A escola não levava o Estandarte desde 1995.

A azul e branco ainda foi premiada nesta edição na categoria personalidade, com Vilma Nascimento, histórica porta-bandeira, de 85 anos. Em novembro do ano passado, ela sofreu uma abordagem racista em uma loja do Aeroporto de Brasília, ao viajar para a capital do país para um evento na Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia da Consciência Negra.

Logo que o caso repercutiu, Vilma recebeu apoio dos amigos do mundo do Carnaval e de fãs. “Entramos na Justiça, mas ainda não resolvem. Tem horas que eu choro”, contou. “Mas dou graças a Deus porque todas as escolas de samba me apoiaram”, disse.

Polícia do Rio Grande do Sul prende homem negro vítima de facada e ri com agressor

Um homem negro foi algemado e detido pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul após ser vítima de uma facada de um homem branco em Porto Alegre.

De acordo com os relatos das testemunhas, o homem negro, um motoboy de 40 anos, foi esfaqueado próximo ao peçoço por um homem de 72 anos quando estava sentado em frente a um restaurante, no bairro Rio Branco.

Após um desentendimento entre a vítima da agressão e policiais que chegaram ao local da ocorrência, o motoboy foi algemado e levado para a delegacia no camburão, enquanto o suspeito, depois de muita insistência da população que acompanhava a situação, foi levado e seguiu no banco de trás de outro veículo.

Testemunhas gravaram a abordagem, que ocorreu no bairro Rio Branco, na região central da Capital. As imagens mostram o momento em que o homem negro, um motoboy, está ferido, e algemado e levado para a viatura pelos PMs.

Na delegacia foram feitos três boletins de ocorrência. A Brigada

Militar registrou um BO de resistência contra o motoboy, que por sua vez comunicou ter sido vítima de lesão corporal por parte do idoso e de abuso de autoridade pelos policiais. Ambos acabaram liberados.

Imagens gravadas por testemunhas mostram que o motoboy foi puxado pela camisa por um policial quando a situação já estava sob controle. Neste momento, o motoboy diz: “Quem está errado é ele!”, apontando para o suposto agressor. O policial então responde “dá uma segurada”, e em seguida empurra a vítima contra a parede, ordena que ele coloque as mãos na cabeça e o algema.

O suspeito tentou deixar o local, em meio à revolta das pessoas que assistiam à cena. “Isso é racismo puro”, alguém diz, no vídeo.

Em nota, a Brigada Militar afirmou que o Comando de Policiamento da Capital abriu “sindicância para apurar as circunstâncias da abordagem”. Nas redes sociais, o governador Eduardo Leite (PSDB) disse que determinou “absoluta celeridade” na investigação.



Escola ficou em quinto lugar na disputa e voltou no desfile das Campeãs



Portela fechou o lindo desfile com um carro alegórico com 16 mães pretas que tiveram seus filhos assassinados, dentre elas, a mãe de Marielle Franco



Dois detentos fugiram da unidade de segurança máxima em Mossoró

Lewandowski anuncia fortalecimento da segurança em penitenciárias federais e busca de fugitivos

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, anunciou na última quinta-feira (15) novas medidas para segurança nos cinco presídios federais. Entre as medidas estão a ampliação de sistema de alarmes; reforço de agentes de segurança; aperfeiçoamento do sistema de entradas nos presídios, com implantação de reconhecimento facial e construção de muralhas.

O dinheiro para essas iniciativas, segundo o ministro, vai sair do fundo penitenciário nacional. Os presídios federais, considerados de segurança máxima, são cinco: Mossoró, Brasília, Catanduvas, Campo Grande e Porto Velho.

O ministro deu uma entrevista coletiva sobre a fuga de dois presos do presídio federal de segurança máxima de Mossoró (RN), ocorrida na noite de terça (13). Para o ministro, os fugitivos ainda devem estar na região da cadeia, porque as imagens de vídeo não mostraram nenhum veículo fazendo o resgate.

Lewandowski classificou a fuga como um “episódio fortuito”. Ele afirmou que uma reforma que estava sendo feita no presídio ajudou os presos a obter ferramentas.

“Os presídios federais são absolutamente seguros. Todos podem continuar confiando nesse sistema”, ressaltou o ministro.

Ele também afirmou que as prioridades da pasta são a captura dos fugitivos e a apuração de eventual falha administrativa ou omissão. O ministro deu detalhes sobre a dinâmica da fuga.

Os presos fugitivos são: Rogério da Silva Mendonça, conhecido como Querubim, e Deibson Cabral Nascimento,

o Tatu. Os nomes deles foram incluídos na lista da Interpol de procurados internacionalmente.

Na entrevista, Lewandowski listou alguns fatores que podem ter contribuído para a fuga dos dois presos. O ministro relatou que havia uma reforma sendo executada no presídio e que as ferramentas não foram armazenadas de forma correta, o que as deixou mais disponíveis aos presos.

“É como uma queda de avião, quando cai, não é uma causa única. Primeiro que a fuga ocorreu numa terça-feira de carnaval, onde as pessoas estão mais relaxadas, outro fator que contribuiu pra isso é que o presídio estava passando por uma reforma interna e, então, havia operários lá dentro e, infelizmente as informações que temos, é que as não estavam [ferramentas] aprisionadas de forma correta, estavam espalhadas”, afirmou o ministro.

Além disso, o ministro confirmou que algumas câmeras de segurança não estavam funcionando no momento da fuga e ainda acrescentou que as luzes do presídio também estavam desligadas.

“É verdade, e um outro fator que contribuiu, algumas câmeras não estavam funcionando adequadamente, assim como algumas luzes que poderiam evitar alguma fuga não estavam funcionando corretamente”.

RECAPTURA

O seguinte contingente e equipamentos estão na missão de recaptura os dois fugitivos: Estão sendo usados para realizar a recaptura dos fugitivos: 100 agentes da Polícia Federal; 100 agentes da Polícia Rodoviária Federal;

100 agentes das forças policiais locais (civil e militar) e; 3 helicópteros, drones e cães farejadores.

Um grupo da unidade de elite da Polícia Federal chegou ao Aeroporto de Aracati, no Ceará, na manhã desta sexta-feira (16), para se unir à operação de fiscalização e buscas na divisa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Uma casa que fica a 7 km do presídio foi invadida entre 18h e 21h de quarta. Os criminosos levaram roupas, sapato e outros itens pessoais. Na madrugada desta sexta (16) roupas e pegadas foram encontradas por policiais na zona rural de Mossoró. O morador da casa confirmou que uma colcha encontrada na mata é dele. “A polícia esteve aqui, mostrou as fotos pra mim, e a colcha é minha, o resto não”, disse. O policiamento foi reforçado na área.

Na manhã desta sexta a força-tarefa que busca pelos dois fugitivos encontrou uma camiseta de uniforme de presidiário na Zona Rural de Mossoró. A Polícia Federal recolheu material biológico em uma propriedade na qual Deibson e Rogério teriam furtado roupas e objetos.

O ministro da Justiça disse que acredita que os fugitivos permanecem próximos ao presídio após a fuga, num perímetro de até 15 km até o centro da cidade de Mossoró.

“É um local de matas, uma zona rural, e nós imaginamos que eles estejam homiziados ainda naquela região, porque pelas vídeo câmeras nós não identificamos nenhum veículo que os tenha buscado quando transpuseram as grades do presídio”, disse o ministro.



Mais de 2 milhões ficaram sem luz

Múlti Enel é multada em R\$ 165,8 milhões por apagão em São Paulo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aplicou nesta sexta-feira (9) uma multa de R\$ 165,8 milhões à Enel Distribuidora pelo apagão que atingiu a Região Metropolitana de São Paulo em novembro de 2023. Na ocasião, cerca de 2,1 milhões de pessoas ficaram sem luz, com o fornecimento levando uma semana para ser normalizado.

Segundo a agência reguladora, a empresa de energia descumpriu o contrato de concessão da rede elétrica paulista ao não garantir energia a moradores afetados pelo temporal que atingiu a cidade. Além disso, consta também do auto de infração, o fato de a companhia só ter mobilizado efetivamente as equipes de manutenção – próprias e terceirizadas – em 6 de novembro, três dias depois do temporal.

A queda de árvores provocada pelas chuvas torrenciais comprometeu o abastecimento de energia em diversas áreas da capital paulista e dos arredores e causou a morte de seis pessoas.

Segundo a Aneel, a concessionária de energia descumpriu uma resolução normativa que permite a penalização de companhias por “implantar, operar ou manter instalações de energia elétrica e os respectivos equipamentos de forma inadequada”. A agência reguladora também informou que a empresa – privatizada – descumpriu o contrato ao não garantir o fornecimento de energia à população atingida pela tempestade.

O documento da Aneel apontou ainda que o serviço só foi normalizado em todos os imóveis afetados apenas em 10 de novembro, uma semana após o temporal. O órgão regulador refutou a justificativa da companhia de que o apagão foi causado por um evento climático atípico, com rajadas de vento duas vezes acima do previsto. Para a Aneel, mesmo que tenha ocorrido um evento climático severo, a distribuidora deve adotar medidas que levem à normalização “célere” do sistema.

De acordo com a agência, apesar de cumprir imites regulatórios firmados no contrato de concessão, os indicadores mostram piorar nos últimos anos na qualidade dos serviços prestados pela companhia, principalmente em ocorrências emergenciais.

A Enel ainda pode recorrer da multa. Um eventual recurso será primeiramente analisado pela área técnica da Aneel. Após, será encaminhado para a diretoria da agência, que decidirá se acolhe os argumentos da distribuidora.

Privatizada na década de 90, a Enel administra hoje o que um dia foi a Eletropaulo, uma empresa estatal paulista, criada em 1981, durante a gestão de Paulo Maluf, para gerar e distribuir energia no estado.

No final daquela década, o então governador Mario Covas (PSDB) dividiu a Eletropaulo em quatro empresas e a privatizou. Em 2018, a Enel comprou ações da Eletropaulo que ainda pertenciam à União e assumiu o controle da ex-estatal. A companhia está presente em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo e atende a cerca de 18 milhões de consumidores.

Com a privatização – e a meta de auferir apenas lucros sem a preocupação com a eficiência dos serviços, a primeira medida adotada pelos novos executivos que passaram a comandar a companhia foi reduzir o número de funcionários. “A empresa perdeu memória técnica. O número de funcionários com experiência não foi repostos”, disse à Folha de SP, o presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Eduardo Anunciato, o Chicão.

Com isso, profissionais experientes foram substituídos por terceirizados, prática adotada pelo setor desde a privatização iniciada nos anos 90. “Investiram na mão de obra terceirizada, que tem uma rotatividade tremenda e corpo menos qualificado para avaliar e atender os problemas”, prosseguiu Chicão.

Estimativas do sindicato indicam que em 2019 o número de empregados diretos da Enel era de 7,7 mil, e atualmente está em 3,9 mil. Segundo a entidade, a antiga proprietária da Eletropaulo, a AES (resultante da pulverização da Eletropaulo) havia ampliado o quadro de funcionários diretos após um apagão em São Paulo, causado por uma tempestade em 2014. Até a Enel assumir o controle em 2018 e a partir do ano seguinte, cortou trabalhadores.

Desde então, a situação vem se agravando, o que resultou no caos provocado pelo apagão de novembro. “A gente previu o que aconteceu. Avisamos a Enel que se houvesse um ciclone extratropical, São Paulo poderia ficar uma semana sem luz”, continuou o sindicalista. “O problema é crônico e não vai se resolver agora. Pode até piorar, se mudanças não forem feitas no modelo do setor elétrico”, concluiu Anunciato à Folha.



Servidores pressionam por reajuste e governo retoma mesa de negociação



Nivaldo Santana: "É hora de colocar o bloco na rua"

Reproduzimos, a seguir, artigo de Nivaldo Santana, Secretário Sindical do PCdoB e secretário de Relações Internacionais da CTB, publicado originalmente no portal Vermelho.

É hora de colocar o bloco na rua

O presidente Lula obteve uma vitória histórica com uma margem estreita. Alcançou 50,90% dos votos contra 49,10% do seu oponente de extrema-direita. Provavelmente esse resultado revele a maior polarização política da história recente do nosso país.

Passado mais de um ano do governo, com pequenas variações, pode-se dizer que a polarização continua. É verdade que o governo melhora seus indicadores positivos na percepção popular, mas o campo político de extrema-direita se mantém forte.

O último exemplo dessa polarização foi a constatação de que, mesmo depois da divulgação massiva do vídeo da reunião ministerial onde Bolsonaro tramava abertamente um golpe de Estado, a divisão na sociedade continua.

Segundo pesquisa do Instituto Atlasintel, divulgada neste mês de fevereiro, 36,8% dos brasileiros não acreditam na tentativa de golpe, 42,2% acham que Bolsonaro está sendo perseguido e 42% são contrários a uma eventual prisão do ex-presidente.

Esses dados da pesquisa sobre o quadro político do país são um grande nó a ser desatado. Mesmo com todas as evidências e a multiplicação de denúncias, há uma espécie de blindagem que assegura a sobrevivência política do bolsonarismo.

O grande desafio do campo político liderado pelo presidente Lula é conquistar apoio popular consciente, forte, decidido e desmascarar a farsa bolsonarista. Isso depende de uma variável estratégica: a mobilização popular.

Para alcançar esse apoio, o Lula tem múltiplas tarefas. Precisa impulsionar o crescimento econômico, reindustrializar o país, gerar empregos de qualidade, ampliar as políticas sociais para reverter a tragédia social provocada pelo seu antecessor.

Paralelamente, Lula precisa remover os tentáculos neoliberais que capturaram o Estado brasileiro. Banco Central independente, juros abusivos, metas de inflação irrealistas e política fiscal restritiva ancorada no chamado déficit zero.

Além disso, Lula precisa usar e abusar de toda a sua habilidade política para driblar os obstáculos de um Congresso Nacional conservador e refratário às mudanças. Para isso, é obrigado a sucessivas negociações para aprovar projetos no parlamento.

Mas a mãe de todas as batalhas de Lula é, como já se disse, conquistar apoio popular, sem o qual nenhum governo tem assegurada sua sustentação. As condições para este apoio dependem das ações do governo e dos movimentos sociais.

Dada a atual correlação de forças, o governo precisa consolidar e ampliar a frente ampla, isolar, derrotar as tentativas de volta da extrema-direita, tudo combinado com a luta para assegurar a realização do programa com o qual foi eleito.

Certamente que há contradições no seio da frente ampla. Mas a disputa democrática pelos rumos do país só terá resultado positivo se for sustentada em forte movimento popular.

Quando se fala em mobilização, não podemos nos contentar com a realização de atos com presença quase exclusiva de militantes ou na participação em conferências e grupos de trabalho criados pelo próprio governo.

Essas participações são condições necessárias, mas insuficientes para se viabilizar uma nova agenda no sentido das mudanças e com força social para derrotar os adversários do programa do governo.

O esforço para conseguir mobilizações massivas ajuda o governo e não joga água no moinho da oposição. São ações que devem colocar no topo da agenda a luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho.

A base para a retomada das mobilizações é a construção unitária de uma nova agenda para o país, em linha com o quadro político. Além da agenda comum, o movimento de massas precisa desenvolver suas ações de forma ampla e unitária.

Há setores do movimento, no entanto, que subestimam a complexidade da atual conjuntura e adotam posições exclusivistas. O hegemonismo e as posições excludentes dificultam a necessária unidade e retardam as possibilidades de avanço.

Por último, mas não menos importante, é preciso que a inteligência política das lideranças populares defina não apenas palavras de ordem justas, mas bandeiras capazes de galvanizar e levar o povo à rua. Parece simples, mas não é.

O fio condutor de uma política justa parte da compreensão de que não existe contradição entre lutar pelo êxito do governo Lula e mobilizar o povo de forma independente, com uma pauta própria do movimento.

Com agenda e mobilização unitárias, amplitude e politização crescentes dos movimentos sociais, podemos construir alicerces fortes e seguros para evitar retrocessos, manter o rumo progressista do governo e melhorar a vida do povo.



Governo Federal abriu mesa de negociação no ano passado, ainda sem acordo



Audidores fiscais da Receita Federal aceitam nova proposta de bônus e encerram greve

Os auditores fiscais da Receita Federal aprovam, em assembleia, a proposta apresentada pelo governo relativa à implementação do bônus de eficiência da categoria. Com a decisão, os servidores da Receita encerram a greve após 81 dias de mobilização em defesa do benefício.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), a assembleia reuniu 6.744 auditoras-fiscais de todo o país e aprovou a proposta com 77,70% dos votos. A decisão foi enviada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A categoria reivindicava a concretização do acordo de pagamento de bônus por produtividade, que deu origem à Lei nº 13.464 de 2017, fruto de acordo com o governo federal no ano anterior. A lei foi regulamentada em junho de 2023 e, desde então, auditores e governo negociavam os termos dessa regulamentação. Para o presidente do Sindifisco Nacional "embora não atenda a todos os pleitos da categoria, conside-

ramos que a proposta feita pelo Ministério da Fazenda foi razoável".

No ofício enviado ao ministro, a entidade afirma que "em decorrência do resultado desta votação, a categoria decidiu suspender todas as ações de mobilização e, consequentemente, encerrar a greve iniciada em 20 de novembro de 2023, mantendo, no entanto, o estado de mobilização".

"Uma nova assembleia nacional será convocada para deliberar sobre essa questão assim que as modificações no Decreto 11.545, de 5 de junho de 2023, forem publicadas e as disposições do Termo de Acordo forem integralmente cumpridas", diz o ofício. A categoria pediu o agendamento de uma nova data para assinatura do Termo de Acordo e dar continuidade às negociações sobre outros pontos, como o tratamento que será dado aos dias parados.

De acordo com a proposta aprovada, o bônus da categoria, garantido pelo Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, que financia ati-

vidades da Receita Federal, será dividido da seguinte forma: 10,19% do Fundaf para os meses de fevereiro a julho de 2024, com limite mensal de R\$ 4.500; 11,33% do Fundaf para os meses de agosto de 2024 a janeiro de 2025, com limite mensal de R\$ 5.000; 15,52% do Fundaf para os meses de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026, com limite mensal de R\$ 7.000; 25% do Fundaf para os meses de fevereiro de 2026 a janeiro de 2027, com limite mensal de R\$ 11.500; 25% do Fundaf a partir de 2027, com limite mensal a ser definido anualmente pelo Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal. Conforme explica o Sindifisco, os valores são referentes à porcentagem máxima que os auditores podem ganhar, conforme produtividade em cada área da Receita.

"Os auditores-fiscais estão ansiosos para retomarem as suas atividades e normalizarem os serviços efetuados pela Receita Federal após 81 dias de greve", diz Isaac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional.

Funcionalismo rejeitou congelamento salarial em 2024. Negociação volta no próximo dia 28

Retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) entre governo e entidades representativas dos servidores federais foi marcada pelo Ministério de Gestão e Inovação (MGI) para o próximo dia 28 de fevereiro, em Brasília-DF. O encontro deve debater a contraproposta de reajuste salarial apresentada pelas entidades, que pedem um reajuste já em 2024.

A negociação acontece diante de forte pressão do funcionalismo, que rejeitou em bloco a proposta de congelamento salarial apresentada pelo governo no final do ano passado. Com categorias em greve, como servidores da Receita Federal e Ibama, a mobilização cresceu também nas últimas semanas com adesão dos docentes federais. De forma unitária, as entidades convocam uma mobilização nacional, na véspera da negociação, no dia 22 de fevereiro.

A reivindicação apresentada pelos servidores foi apresentada de forma unificada na semana passada, após reunião do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e as centrais sindicais. A proposta de posição salarial apresenta índices de reajuste divididos em dois blocos.

No primeiro bloco, o funcionalismo pede reajuste de 34,32% em três parcelas iguais de

10,34%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores federais que, em 2015, firmaram acordos por dois anos (2016 e 2017). Já no segundo bloco, a categoria pede reajuste de 22,71% dividido também em três parcelas iguais, dessa vez de 7,06%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores que, em 2015, fecharam acordos salariais por quatro anos (2016 a 2019).

Os servidores querem, ainda, equiparação dos benefícios do Executivo aos do Legislativo e Judiciário. Eles reclamam de defasagem com relação aos outros dois Poderes, que tiveram ajuste nos auxílios de 19,03%. A proposta do governo, apesar de aumentar o valor dos benefícios, mantém a defasagem do Executivo.

Nesta semana, a ministra chefe do MGI, Esther Dweck, voltou a afirmar que um reajuste ainda este ano não está descartado. Condicionou, no entanto, a valorização dos salários do serviço público a um possível "aumento de arrecadação", ou seja, à âncora fiscal do Ministério da Economia. "Se você estiver cumprindo a meta de resultado primário e você tiver um excesso de receita, a gente pode ter uma expansão da despesa em até R\$ 15 bilhões este ano. E aí, isso sim, já está pactuado com os ministros que compõem a Junta de Execução Orçamentária, que parte disso, sim, seria para um reajuste dos servidores este ano", declarou ao portal Metrópoles.



Para Força Sindical, 'precisamos acelerar isenção do IR para quem ganha menos'

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, defendeu que o governo acelere a política de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 salários mínimos. De acordo com promessa do presidente Lula, a medida deverá ser concluída até o final do mandato, em 2026.

Nesse mês, o governo atualizou a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), tornando isentos aqueles que recebem até dois salários mínimos. Esse é o segundo reajuste desde o início do governo.

Para Torres, "é importante essa progressão, mas achamos que devemos antecipar um pouco esse prazo [de chegar a R\$ 5 mil só no final do mandato]. Nós trabalhadores temos a necessidade de que se tenha mais celeridade nisso", disse Miguel Torres.

"Então, estamos propondo que isso ocorra já esse ano, já antecipe mais um salário mínimo para a gente dar esse alí-

vio fiscal aos trabalhadores. Lembrando que salário não é renda e somos taxados pelo imposto de renda, enquanto grandes fortunas e remessas de lucro ainda não têm a tributação necessária que deveria ter", completou.

O presidente da Força Sindical reforçou que enquanto trabalhadores são taxados até mesmo com a incidência do IR sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), não há nenhuma taxação dos lucros de acionistas, por exemplo. A legislação atual prevê isenção para valores de até R\$ 6.677,55 por ano. As PLRs acima dessa faixa, sofrem com tributação de 7,5%, podendo chegar a 27,5%.

"Uma outra questão importante é a isenção do imposto de renda nas PLR. Nós estamos vendo ainda essa taxação e precisamos enfrentar isso. Mas vamos mais em frente. Para nós trabalhadores e trabalhadoras só a luta faz a lei", completou.



Tropa israelense invade hospital Nasser e deixa oito pacientes mortos



Paciente expulso do Hospital Nasser é conduzido para a cidade de Rafah

“É preciso deter o genocídio israelense em Gaza”, diz o presidente da União Africana

“Apoiei a queixa que a África do Sul apresentou à Corte Internacional, denunciando o genocídio que Israel está cometendo na Palestina”, declarou o presidente da União Africana Azali Assoumani, ao discursar na cerimônia de abertura do encontro de cúpula da organização.

O presidente da União Africana já havia, no início do ano, apoiado a iniciativa do governo da África do Sul, que pediu à Corte Internacional de Justiça que reconhecesse que Israel violou a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) para prevenção e repressão ao genocídio e ordenasse o imediato cessar-fogo na região.

“A comunidade internacional não pode fechar os olhos a tais atrocidades, que não só criam o caos na Palestina, mas também têm consequências desastrosas para o resto do mundo”, acrescentou o presidente da União Africana,



Presidente da União Africana, Zali Assoumani (X)

na, destacando que a paz continental depende, também, de que outras partes do planeta não estejam conflagradas”, acrescentou Assoumani que também preside a União das Ilhas Comoros.

“Assim, apelo a nossa contenda para que contribua

para pôr fim ao sofrimento do povo palestino e continue apoiando os esforços destinados a estabelecer dois estados, israelense e palestino, vivendo lado a lado, em paz e estabilidade”, acrescentou.

Leia mais no site do HP

Biden diz que Israel “passa do limite” enquanto entope Tel Aviv de armas, aponta jornal Guardian

O jornal britânico The Guardian registrou, em recente artigo, que os “políticos progressistas que se recusam a pedir um cessar-fogo em Gaza ou a suspender o apoio ao ataque de Israel perderam a capacidade de parecer coerentes e cada vez mais parecem estar passando por uma crise.”

A classificação a tais políticos de “progressistas” é, claro, por conta e risco do Guardian, que sentiu não poder mais se mostrar indiferente diante da matança com chancela ocidental, incluindo alguns dos principais políticos britânicos. E o que deixa claro no título da coluna “O ataque de Israel a Gaza está expondo as lacunas em tudo o que os políticos progressistas dizem acreditar”, revelador da hipocrisia em que têm sido flagrados personagens como Keir Starmer, Antony Blinken ou o próprio Joe Biden.

Morre Navalny, o russo preferido da Otan que chamou adeptos a matar imigrantes “como baratas”

Alexei Navalny faleceu na prisão em que cumpria pena de 19 anos, após mal súbito depois de uma caminhada, revelou na sexta-feira (16) o Serviço Penitenciário Federal russo (FSIN), acrescentando que o preso chegou a ser socorrido por uma equipe médica, que tentou reanimá-lo por trinta minutos sem êxito.

“Todas as medidas de reanimação necessárias foram realizadas, mas não deram resultado positivo. Os paramédicos confirmaram a morte do condenado”, acrescentou o comunicado.

De acordo com o canal Baza, no Telegram, Navalny se sentiu mal por volta das 13h (horário local), sofreu um desmaio e uma ambulância foi chamada. Os paramédicos realizaram todas as medidas de reanimação, mas ele morreu às 14h17. Uma fonte da RT atribuiu o óbito ao rompimento de um coágulo sanguíneo.

“Os médicos que chegaram ao local continuaram as medidas de reanimação que os médicos da prisão já haviam providenciado. E eles tentaram por mais de 30 minutos. No entanto, o paciente morreu”, disse um porta-voz do

hospital. Segundo ele, os paramédicos chegaram à prisão em menos de sete minutos e o socorro médico ao paciente em dois minutos.

INVESTIGAÇÃO

O FSIN instaurou uma investigação para determinar todas as circunstâncias em torno da morte de Navalny, assim como o escritório do Comitê de Investigação Russo na Área Autônoma de Yamalo-Nenets. A prisão IK-3 fica a 1600 km de Moscou, e a 40 quilômetros acima do Círculo Polar Ártico, e é apelidada de “Lobo Polar”.

Na segunda-feira, Navalny havia recebido a visita da mãe, Ludmila, e do advogado na quarta-feira. Na quinta-feira havia participado por videoconferência de cinco audiências, de dois tribunais, parecendo estar bem. Ele deixa também dois filhos e a esposa Yulia.

O advogado dele, Leonid Solovoyov, se recusou a comentar, mas explicou que

para desumanizar outros”, embora permanesse como chanceler de um governo que por duas vezes optou por invocar o direito de contornar o Congresso para fornecer mais armas a Israel.

Registre-se que não haveria nenhum problema maior para aprovar, nesse Congresso dos EUA, mais armas para Israel. Foi só para desburocratizar e possibilitar agilidade ao genocídio.

Tais expoentes do progressivismo e que, nota o jornal britânico, se apresentam como defensores dos direitos humanos e da justiça no mundo inteiro, não conseguiram condenar “clara e publicamente, muito menos avançar com medidas” para impedir que Israel continue “a atacar civis” em Gaza.

Leia mais no site do HP



Cartaz para a manifestação diante do Tribunal que julgará recurso de Assange

Chris Hedges: “extradição de Assange para os EUA é ameaça a todos os jornalistas”

Esta semana, o jornalista a quem o mundo deve a exposição dos arquivos dos crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão e da tortura em Guantánamo, Julian Assange, fundador do WikiLeaks, buscará obter de um painel de dois juizes da Suprema Corte britânica o direito de apelar da iníqua sentença que o condenou à extradição para os EUA, sob a acusação infame de espionagem, e sujeito a uma pena de 175 anos, e provavelmente, à morte, em um dos mais sórdidos cárceres do planeta, depois de ter a sentença carimbada pelo “tribunal da CIA” na Virgínia.

A audiência será na terça-feira (20) e quarta-feira (21) e, se negado, não haverá mais recursos dentro do sistema legal britânico, como advertiu o premiado jornalista norte-americano Chris Hedges. Apenas restaria uma suspensão da execução por “circunstâncias excepcionais” sob a regra 39 da Corte Europeia dos Direitos Humanos, mas ainda assim a Suprema Corte britânica teria de concordar. E poderia, simplesmente, “ordenar a extradição imediata de Assange”.

Como destacou Hedges, o “crime” de Julian é ter publicado documentos classificados, mensagens internas, relatórios e vídeos do governo e do exército dos EUA em 2010, fornecidos pela denunciante do exército dos EUA Chelsea Manning.

“Este vasto tesouro de material revelou massacres de civis, tortura, assassinatos, a lista de detidos na Baía de Guantánamo e as condições a que foram submetidos, bem como as Regras de Engajamento no Iraque. Aqueles que cometeram esses crimes — incluindo os pilotos de helicóptero dos EUA que mataram dois jornalistas da Reuters e outros 10 civis e feriram gravemente duas crianças, todos capturados no vídeo “Assassinato Colateral” — nunca foram processados.”

A perseguição de Julian é uma mensagem sinistra para o restante de nós, reitera Hedges. “Desafie o império dos EUA, expõe seus crimes e, não importa quem você seja, de que país você venha, onde você viva, você será caçado e levado aos EUA para passar o resto de sua vida em um dos sistemas prisionais mais severos da Terra.”

Se Julian for considerado culpado — ele advertiu —, isso significará “a morte do jornalismo investigativo sobre o funcionamento interno do poder estatal. Possuir e, pior ainda, publicar material classificado — como eu fiz quando era repórter do The New York Times — será criminalizado”.

O que foi entendido pelo The New York Times, Der Spiegel, Le Monde, El País e The Guardian, que emitiram “uma carta conjunta pedindo aos EUA para retirarem as acusações contra ele”.

Hedges assinalou que o primeiro-ministro australiano Anthony Albanese e o parlamento se pronunciaram na quinta-feira passada pedindo o fim do processo contra Assange e sua libertação, para que Assange “possa voltar para casa com sua família na Austrália”.

DIREITO E JUSTIÇA

O caso todo é, sublinha Hedges, um escárnio contra o direito e a justiça. “Como podem as audiências prosseguirem quando a empresa de segurança espanhola na Embaixada Equatoriana, UC Global, onde Julian buscou refúgio por sete anos, forneceu vigilância por vídeo de reuniões entre Julian e seus advogados à CIA, aniquilando o privilégio advogado-cliente? Isso por si só deveria ter feito com que o caso fosse arquivado”.

“Como o governo equatoriano liderado por Lenin Moreno pode violar o direito internacional rescindindo o status de asilo de Julian e permitir que a Polícia Metropolitana de Londres entre na Embaixada Equatoriana — território soberano do Equador — para levar Julian a uma van da polícia esperando?”

“Por que os tribunais aceitaram a acusação da promotora de que Julian não é um jornalista legítimo?”

“Por que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha ignoraram o Artigo 4 de seu Tratado de Extradição que proíbe a extradição por crimes políticos?”

“Como o caso contra Julian pode prosseguir depois que a testemunha-chave para os Estados Unidos, Sigurdur Thordarson — um fraudador e pedófilo condenado — admitiu ter fabricado as acusações que fez contra Julian?”

“Como Julian, um cidadão australiano, pode ser acusado sob a Lei de Espionagem dos EUA quando não praticou espionagem e não estava baseado nos EUA quando recebeu os documentos vazados?”

“Por que os tribunais britânicos estão permitindo que Julian seja extraditado para os EUA quando a CIA — além de colocar Julian sob vigilância por vídeo e digital 24 horas por dia enquanto ele estava na Embaixada Equatoriana — considerou sequestrá-lo e assassiná-lo, planos que incluíam um tiroteio potencial nas ruas de Londres com envolvimento da Polícia Metropolitana?”

Leia a íntegra no site do HP

As mortes ocorreram pelo corte no suprimento de oxigênio à UTI devido a queda de energia provocada pelos danos causados aos geradores pelos invasores

Já faleceram pelo menos oito pacientes até a sexta-feira (16), depois que as forças israelenses invadiram o Hospital Nasser, o maior centro médico que ainda funciona na Faixa de Gaza, situado na cidade de Khan Younis, na quinta-feira (15), depois de sitiar as instalações durante dias.

Já na sexta pela manhã autoridades locais estavam denunciando que, devido à invasão houve um dano que deixou fora de funcionamento os geradores.

Pacientes em UTI que estavam com respiradores ficaram sem oxigênio, assim como bebês prematuros. Esta foi a causa das mortes.

Outra testemunha do tiroteio, que é ortopedista no hospital, afirmou que pelo menos duas pessoas foram mortas por atiradores de elite antes da invasão por terra.

Ashraf Al-Qidra, cirurgião porta-voz do Ministério da Saúde de Gaza, assinalou: “A ocupação israelense invadiu o Complexo Médico Nasser e o transformou em um quartel militar depois de demolir o muro sul e entrar por ele”.

Escavadeiras militares israelenses estão furando valas comuns que foram feitas dentro dos muros do complexo, descreveu o Dr. Al-Qidra.

“Os tanques e os atiradores cercam o hospital de todas as direções”, disse o porta-voz em uma mensagem de voz na quarta-feira (14). O bombardeio se intensificou após o alerta do cirurgião.

Mais de 1.500 pessoas deslocadas ainda estão dentro das instalações, incluindo pelo menos 273 pacientes e 190 profissionais médicos, segundo o Ministério da Saúde em Gaza. Há três crianças na creche, acrescentou.

A Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para Refugiados da Palestina (UNRWA) declarou, na sexta-feira (16), que 84% das instalações de saúde na Faixa de Gaza foram afetadas devido à agressão israelense no território.

A invasão do hospital Nasser (cujo nome homenageia um dos maiores líderes árabes, Gamal Abdel Nasser), não é a primeira ação criminosa contra hospitais. Além do bombardeio que matou cerca de 500 no hospital Al Ahli, a invasão ao hospital Al Shifa foi outra brutalidade dos invasores. No caso do Al Shifa, médicos e diretores foram submetidos a interrogatório.

Nos dois hospitais invadidos, pessoal médico e pacientes foram obrigados a deixar, assim como palestinos deslocados que buscavam abrigos tiveram que sair.

Na saída pacientes e deslocados passaram por vistorias de militares israelenses, em muitos casos passando por humilhações tendo inclusive que tirar a roupa.

SEM ÁGUA E COMIDA

“Não há água, não há alimentos. O lixo está por toda parte, esgoto transbordou e está no piso da ala de emergência”, descreveu Raed Abed, um paciente ferido que esteve entre os que deixaram o Hospital Nasser sob a intensa



Hospital Nasser em Khan Younis, sob cerco (AFP)

A República e a revolução - (1)

O povo sempre participa dos movimentos, mesmo aqueles que não são hegemônicos por ele, desde que sejam movimentos que abram caminhos para outros em que ele poderá ter a hegemonia. Dito de outra forma: mesmo que a etapa de hoje não seja liderada por ele, o povo irá à luta pela consecução dessa etapa, se ela abrir caminho para outra, em que ele poderá ter mais espaço, senão a hegemonia

CARLOS LOPES

Jovens que leram meu texto **São Borja e o caráter popular da República: uma introdução**, observaram que, nas escolas, é geral a versão de que a República – ou a Proclamação da República – foi um “golpe”, e um “golpe elitista”. Como será possível que essa versão – de resto, falsa, mentirosa – tenha se estabelecido no sistema escolar, desde o ensino superior até aos níveis mais básicos de educação?

Isto torna-se mais compreensível quando percebemos que essa narrativa não diz respeito, fundamentalmente, aos acontecimentos históricos – isto é, aos fatos do passado – que deram origem à República (e que foram consequência dela, até a Revolução de 1930).

Certamente, em caráter explícito, é a Proclamação de novembro de 1889 que é acimada de “golpe” e “golpe elitista”. Mas o que se quer com isso é estigmatizar a revolução nos dias de hoje, a revolução de que precisamos hoje, a **revolução brasileira**, a revolução nacional e democrática que – para usar a expressão de um líder e teórico do século XX – é parte do processo da revolução socialista.

Assim, são os mesmos que maldizem a Revolução de 30, relegando-a indevidamente para o baú dos trastes oligárquicos, aqueles que tentam pespegar a pecha de golpe na Proclamação da República.

A revolução, para esses, é sempre um “golpe”. Por isso, jamais deveria ser realizada ou tentada. Aliás, até a Revolução Inglesa – a de Cromwell – e a Francesa – a de Robespierre – são, para esses, e nessa perspectiva, “golpes”.

Voltemos à nossa República. Toda a nossa tradição histórica é republicana.

Como demonstrou um famoso republicano, ainda antes da Proclamação:

“... nós somos o partido mais antigo da pátria; somos a vanguarda da nação brasileira, representamos as suas tradições mais queridas; — a ideia da Independência primeiro germinou em 79 no cérebro do nosso Tiradentes; a reação contra o despotismo imperial, em 31, se filia à nossa história; e, em que pese aos maus, de nós surgiram os primeiros lutadores desse 88, que libertou a raça irmã, escravizada infeliz!

“O sangue dos mártires consagra a nossa atitude; consagra-a a dedicação de muitos contemporâneos; consagram-na as necessidades unânimes da nação, de combinação de ordem e de progresso.

“Foi um nosso correligionário, Felipe dos Santos, quem em 1720, na província mineira, foi esquartejado por pedir a liberdade de sua terra; foi um nosso correligionário, Tiradentes, o abnegado súlime, a alma de profeta, de estadista em germe, quem subiu ao patíbulo, legando-nos o eterno exemplo da dedicação cívica. Foram nossos correligionários Domingos Martins e Teotônio Jorge, que, em 1817 no Norte, pagaram em bárbaras execuções a audácia da aspiração da Pátria Nova; nossos correligionários o frade ilustre Joaquim Caneca, e o preto ilustríssimo Bezerra Cavalcanti, que, ainda em 24, ‘nos verdes mares bravios’ do setentrão,



fecundaram com o sangue o solo nacional; correligionários os que, no decênio glorioso de 35 a 45, numa luta de heróis, vibraram nas coxilhas rio-grandenses os ecos do retintim das espadas e os gemidos da miséria e da fome; correligionários os que, em S. Paulo e em Minas, em 42, pediam, enfim, a reversão de um trono; foi um nosso correligionário, e correligionário não menos distinto, Nunes Machado, quem, com seu corpo heroico, banhado em sangue diante dos muros da cidade pernambucana, nos lançou o último protesto armado contra a submissão à monarquia, e a última consagração sanguinolenta à luta em que nos empenhamos nós agora” (Silva Jardim, **“A República no Brasil”**, conferência proferida a 12 de agosto de 1888 no Salão da Sociedade Francesa de Ginástica, Rio, Imp. Mont’Alverne, 1888).

A monarquia foi, portanto, um corpo estranho em nossa História. Muitos escrevem, hoje, que o objetivo da monarquia foi manter a unidade nacional, como se esta não pudesse ser mantida sob uma república... O próprio José Bonifácio, depois de sua volta ao Brasil, e reconciliação com D. Pedro I, levantou essa tese – mas essa era a forma de justificar as suas ações, talvez até diante de si mesmo.

A rigor, a função da monarquia foi manter os privilégios da classe proprietária de terras e de escravos. Com isso, sob a monarquia, o Brasil foi afundado em décadas de estagnação, com o intervalo algo turbulento da Regência, chamada por alguns, com justiça, de “quase república”.

A Maioridade (1840) deu fim a esse intervalo revolucionário, cujo último episódio foi a Revolução Praieira de 1844.

Um historiador – talvez o nosso maior historiador – caracterizou bem o período imperial:

“A ideia de fazer a separação mantendo a Monarquia e até mantendo o titular – o mesmo mandante das violências contra os rebeldes nordestinos – era a forma com que a classe dominante assegurava os seus privilégios, inclusive os fundamentais: o escravismo e o latifúndio. Esses privilégios foram rigorosamente mantidos pelo Império: o Império foi o escravismo e o latifúndio intocados. Tocá-los foi a ideia que os rebeldes dos fins do século XVIII e início do século XIX defenderam. Por isso foram sacrificados. Pagaram com a vida essa ideia maldita, de tocar nas estruturas” (Nelson Werneck Sodré, **A República (uma revisão histórica)**, Editora da Universidade, UFRGS, 1989, pp. 48-49).

E, mais adiante: “Ela [a classe dominante de senhores de terras e de escravos] limitou a autonomia à separação entre a colônia e a metrópole. E deteve qualquer ultrapassagem desse limite que lhe era conveniente. O problema da liberdade estava, para a classe dominante, fora de cogitações e deveria



ser encarado como subversivo, passível de punição. Assim foi estruturado o Império. O Império surgiu das necessidades da classe dominante de senhores de terras e de escravos, na preservação de seus privilégios” (idem, p. 52).

O que não quer dizer que o povo não tenha participado dos episódios que redundaram na nossa Independência, em 1822. Como já vimos em outro lugar, a participação popular foi intensa – o que se expressou, inclusive, na cor daqueles que se bateram pela Independência (v. HP 27/08/2022, **Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil**).

Mas, se o objetivo da monarquia era limitar a liberdade – ou seja, a democracia, a participação popular – como se explica essa participação na luta pela autonomia em relação a Portugal, registrada por todos os cronistas e todas as testemunhas da época?

O povo sempre participa dos movimentos, mesmo aqueles que não são hegemônicos por ele, desde que sejam movimentos que abram caminhos para outros em que ele poderá ter a hegemonia. Dito de outra forma: mesmo que a etapa de hoje não seja liderada por ele, o povo irá à luta pela consecução dessa etapa, se ela abrir caminho para outra, em que ele poderá ter mais espaço, senão a hegemonia.

Este é o caso, por exemplo, da Independência em relação às revoluções republicanas que se encerram com a Praieira e à própria República.

Este é também o caso da própria República em relação à Revolução de 1930.

Voltemos ao Império.

A partir de 1850, com o fim do tráfico transatlântico de escravos, os capitais até então empregados nessa horrenda (como chamou Castro Alves) atividade são deslocados para outros setores – a agricultura, mas também a indústria.

Não pretendemos aqui lembrar em detalhe os empreendimentos de Mauá e a ascensão da lavoura cafeeira. O importante é que as relações capitalistas se expandem pelo país, mas ainda depois da Guerra do Paraguai, e isso torna a monarquia, cada vez mais, um trambolho institucional insustentável.

Lembremos que foi no mesmo ano em que a Guerra do Paraguai terminou (1870) que os republicanos lançaram o seu manifesto.

Ao mesmo tempo, a própria base econômica do Império, o escravismo, entrava em decadência irreversível.

“O crescimento da população varia em sentido inverso com o do número de escravos entrados. Em 1889, no fim do segundo império, o Brasil conta com cerca de 14.000.000 de habitan-

tes. Triplicara a população. O número de escravos vai descendo, sempre. Se são mais de dois milhões, em 1840, já em 1871, quando passa a lei do ventre livre, são apenas 1.700.000. Dois anos depois seriam 1.584.700. Em 1884, desceria a estimativa para 1.133.200. E, em 1887, há 733.500 escravos. No momento da libertação completa, as estatísticas avaliavam em menos de 600.000 os negros em estado de servidão” (Nelson Werneck Sodré, **Panorama do Segundo Império**, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 82).

Essa situação seria chamada de “escravismo tardio” por Clóvis Moura (v. **Dialética Radical do Brasil Negro**) e de “desescravização” por Décio Freitas (v. **O Escravismo Brasileiro**).

A rigor, isso é a decadência econômica do escravismo, que tinha também (ou se refletia em) um lado político: o movimento abolicionista, que empolgava não somente os republicanos, mas até algumas alas do monarquismo (por exemplo, Joaquim Nabuco e André Rebouças).

A República, portanto, desde 1870, e principalmente na década de 80 do século XIX, passa a ser uma aspiração geral da nação (v. nosso texto, citado acima, HP 03/01/2024, **São Borja e o caráter popular da República: uma introdução**).

Mas por que é assim?

Muitos apontaram a crise que era produto do choque das instituições atrasadíssimas (isto é, da monarquia escravista) com o conteúdo econômico do país (isto é, as relações capitalistas, que tinham superado as relações escravagistas e passado a predominantes).

Isso é inteiramente verdadeiro. Mas como se manifestava, no sentimento e compreensão dos brasileiros da época?

A melhor caracterização desse sentimento e compreensão foi esboçada pelo mesmo Silva Jardim, já citado por nós: a monarquia era a ditadura dos senhores de terras (e, antes de maio de 1888, dos senhores também de escravos), exercida pelo imperador e pela princesa.

Em discurso no Rio de Janeiro, dizia Silva Jardim, em agosto de 1888:

“Que governo é o nosso, realmente?”

“Segundo a afirmação geral, somos governados pela monarquia dita constitucional, fusão híbrida entre o privilégio de direito divino e o princípio da soberania popular.

“Poder Legislativo! Onde existe poder legislativo, senhores, num país em que, além de intervir o governo em todos os pleitos eleitorais, tem o chefe do Estado, pela carta constitucional, o direito de dissolver as câmaras, sempre que o julgar para bem do Estado?!”

“Fazei quantas eleições quiserdes, mesmo com plena liberdade íntima e exterior de voto, escolhendo retamente os vossos eleitos, que, se o chefe supremo da nação, árbitro único de sua felicidade, julgar bom dissolver a reunião dos vossos representantes, poderá fazê-lo sem exorbitar da lei, baseado na carta fundamental do país. Quem, pois, é o legislador; senão aquele de quem todos os legisladores dependem? Mas esse poder de dissolver as câmaras eleitas pelo povo é atribuição do poder moderador; mas o poder moderador é exercido exclusivamente pelo Imperador; e o poder exclusivo de um homem é a monarquia absoluta.

“Poder executivo! Onde existe ele num país em que o chefe do Estado nomeia e demite livremente os seus ministros?! Qual vontade representam esses ministros? A da nação? Vendo-se os simples homens saídos do povo, de sangue vulgar, que não azul, pode-se à primeira vista supô-los tais. Mas não, eles representam unicamente a vontade do Imperador, e tanto que, quando lhe desagradam, são demitidos; nem mesmo o chefe do Estado tem obrigação de escolhê-los no Parlamento, dentre os eleitos do povo; se o Imperador quiser escolher um ministro mentecapto, um louco, o que não seria muito estranhável, poderá fazê-lo; ministro já houve, embora homem inteligente, que nem juiz de paz na sua paróquia tinha sido: nenhum cargo de eleição popular exercera.

“Mas o poder que escolhe e demite livremente ministros, é o poder de um homem — monarquia absoluta.

“Poder judiciário?! Onde se viu em país, em que, ao lado do direito de nomeação que tem o Imperador acerca de todos os cargos da magistratura propriamente dita, cabe-lhe a atribuição de dispensar a própria lei, de revogar a própria legislação criminal?”

“Vós vos reunis, Cidadãos, em tribunal de júri; julgais com a máxima retidão um homem; conheceis do fato; dais a vossa sentença; é a expressão da justiça; nem uma linha mais, nem uma linha menos, nessa sentença; pois bem, o Imperador pode destruir a vossa vontade, perdendo o criminoso, ou minorando-lhe o castigo, destruindo mesmo de fato uma disposição penal.

“Mas assim o fez pelo poder moderador, e o poder moderador é o poder de um homem, e o poder de um homem é a monarquia absoluta.

“O poder moderador... que digo! Senhores, poder imperador, poder absoluto, exclusivo, único, poder dominador!”

“Nesse país o chefe do Estado tudo administra, tudo governa: como poder moderador, ele

Proclamação (Acervo/Biblioteca Nacional)

escolhe senadores, convoca a assembleia geral extraordinariamente, sanciona leis, prorroga ou adia a assembleia geral, dissolve a câmara dos deputados, nomeia e demite livremente ministros, suspende magistrados, perdoa e modera as penas, concede anistia; como chefe do poder executivo, convoca a assembleia geral ordinária, nomeia bispos, e provê os benefícios eclesiásticos, nomeia magistrados, provê empregos civis e políticos, nomeia e remove comandantes da força de terra e de mar, nomeia embaixadores e mais agentes diplomáticos e comerciais, dirige as negociações políticas com as nações estrangeiras, faz tratados de aliança, de subsídio e de comércio, declara a guerra e faz a paz, concede títulos, honras, ordens e distinções, expede decretos, aplica os rendimentos, concede ou nega beneplácito aos decretos dos concílios, letras apostólicas e constituições eclesiásticas. Vede, Senhores, a carta constitucional política do país; segundo ela tudo pode fazer o monarca. Intervém até nos negócios do Papa no país, e nesses negócios com ele colabora. É até meio papa” (Silva Jardim, **“A República no Brasil”**, conferência proferida a 12 de agosto de 1888 no Salão da Sociedade Francesa de Ginástica, Imp. Mont’Alverne, 1888, Rio de Janeiro).

E sobre o problema econômico da época:

“É certo que possuímos um vasto e belo território; esplêndida natureza, terra úber, clima quase sempre suave; porém território mal aproveitado, mal dividido, mal administrado, mal representado.

“Não jazem porventura, aí, ainda desconhecidas essas regiões enormes, cuja exploração tanto serviria à riqueza pública? Não jazem ocultos tantos minérios, tantas camadas de matéria prima, preciosa ou bruta, mas sempre útil ao desenvolvimento à indústria, e bem estar ao operário? Não estão os rios desaproveitados para a navegação, abandonados os canais naturais, abandonados os portos? Não estão, por falta de ensino agrícola, as matas devastadas?”

“Além do desconhecimento das regiões, do estrago dos nossos portos de mar, somos um povo sem indústria fabril e manufatureira quase, exportamos pouco, tudo importamos do estrangeiro; e são-nos desprotegidos os poucos germens de vida industrial.

“É mau o estado da lavoura, sem braços...

“... o proletariado, principalmente nas cidades do Norte, na miséria e com fome, quando um bom sistema de trabalhos públicos poderia tirá-lo desse estado.

Continua na próxima edição